

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.497.661 - MS (2019/0132565-2)**

**RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**AGRAVANTE : BANCO VOTORANTIM S.A.**  
**ADVOGADOS : JULIANO FRANCISCO DA ROSA - MS018601A**  
**RODRIGO SCOPEL - MS018640A**  
**AGRAVADO : MARTA ROMERO**  
**ADVOGADOS : JOSIANE ALVARENGA NOGUEIRA - MS017288**  
**ALEX FERNANDES DA SILVA - MS017429**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo apresentado por BANCO VOTORANTIM S.A. contra a decisão que não admitiu seu recurso especial, que visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MATO GROSSO DO SUL, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO C/C REPETIÇÃO DE INDÉBITO E DANOS MORAIS - PRESCRIÇÃO - AÇÃO DECLARATÓRIA MISTA - DIREITO DO CONSUMIDOR - PRAZO PRESCRICIONAL - ART. 27 DO CDC - TERMO INICIAL - CONHECIMENTO DO DANO E AUTORIA - SENTENÇA INSUBSISTENTE - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

1 - Tratando-se de relação de consumo, o prazo prescricional para ajuizamento da ação é de 5 (cinco) anos, contados da ciência do dano e autoria, conforme artigo 27 do CDC.

2 - Recurso conhecido e provido.

É o relatório. Decido.

Na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar com precisão quais os dispositivos legais que seriam objeto de dissídio interpretativo, o que atrai, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, o Superior Tribunal de Justiça já se manifestou no sentido de que, “uma vez observado, no caso concreto, que nas razões do recurso especial não foram indicados os dispositivos de lei federal acerca dos quais supostamente há dissídio jurisprudencial, a única solução possível será o não conhecimento do recurso por deficiência de fundamentação, nos termos da Súmula 284/STF” (AgRg no REsp n.

1.346.588/DF, relator Ministro Arnaldo Esteves Lima, Corte Especial, DJe de 17/3/2014).

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 10 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA

Presidente

